

# O MERCADO AGRÍCOLA GLOBALIZADO: A CRISE NA LAVOURA DE ALHO EM CURITIBANOS

Darilson Borges Barbosa

[darilson@hotmail.com](mailto:darilson@hotmail.com)

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

## INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende mostrar os danos que a falta de incentivo do Governo Federal e a Globalização causaram para os produtores de alho da cidade de Curitiba (SC) fazendo com que houvesse uma redução, ano após ano nas áreas de plantação de alho do município.

Hoje o Brasil é um dos maiores importadores de alho do mundo. O produto que chega ao país é proveniente da China e Argentina. Os dois países são os maiores parceiros do país na comercialização do alho.

O problema encontra-se na qualidade do alho importado desses dois países, não se encaixando nas condições fitossanitárias exigidas pelo Brasil. Grande parte do produto importado entra no mercado interno sem pagar os subsídios exigidos pelo governo brasileiro.

O alho produzido em Curitiba é uma espécie nobre, roxo por dentro e branco por fora, criada pelo imigrante japonês Takashi Chonan. Apesar de produto nacional possuir uma qualidade infinitamente maior comparada com produto importado proveniente da China e Argentina, fazendo o alho curitibanense perder a competitividade no mercado interno.

Isso se deve a importação de alho de baixa qualidade desses dois países que acaba derrubando o preço do alho brasileiro na hora da venda, devido ao exorbitante volume de alho estrangeiro no mercado.

Esse artigo tem por objetivo traçar a história do alho curitibanense de 1970 até 2008, mostrando os efeitos maléficos causados pela falta de incentivo do governo e da globalização de mercados que afeta a produção de alho no município.

A situação crítica da produção e seus reflexos negativos na economia do município, motivaram a investigação do tema com maior profundidade, somando-se ao fato de que muitos moradores tem informações desconhecidas sobre a lavoura de alho plantada no município.

Esse artigo foi elaborado com base em pesquisa de campo na cidade de Curitiba, além de consulta a documentos oficiais disponíveis em órgãos como a ANAPA – Associação Nacional dos Produtores de Alho, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de outros órgãos oficiais envolvidos na regulamentação do comércio do alho brasileiro.

Além do mais, são apresentadas algumas soluções para reanimar a venda do alho no mercado, colocando as margens de lucro a patamares condizentes com a qualidade do produto ofertado aos brasileiros.

O alho é uma grande fonte de renda que pode gerar muitos empregos no campo, pois o plantio necessita de mão de obra. Com algumas atitudes sérias, pode-se reaquecer a comercialização do alho curitibanense no mercado interno.

## A TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL

No Brasil, o plantio desse gênero alimentício teve uma trajetória bastante singular. Até meados da década de 70, o alho brasileiro era produzido de forma rudimentar, cultivado em pequenas quantidades em hortas domésticas, utilizado para diversos fins, principalmente como tempero e na manipulação de remédios caseiros. Algumas regiões brasileiras iniciaram a produção da hortaliça para fins comerciais, porém o alho cultivado apresentava baixíssima qualidade.

Nessa época, a produção brasileira de alhos, basicamente localizada na região do cerrado e centro oeste brasileiro, era composta quase que em sua totalidade por alhos comuns, brancos, de baixo valor comercial. Os principais estados produtores eram Minas Gerais, Goiás, Bahia e Espírito Santo. (DALLAMARIA, 2003)

As lavouras de alho começaram a se expandir no Brasil com a chegada do imigrante japonês, Takashi Chonan considerado o pai do alho brasileiro. O técnico agrícola desembarcou no porto de Santos (São Paulo) em 1958. Iniciou sua carreira no agronegócio trabalhando numa Granja em São Bernardo do Campo (SP). Nos finais de semana, Takashi se deslocava para a cidade de São Paulo para vender ovos na Feira. Notou que quase todo alho vendido era importado, a variedade mais apreciada nessa época era um tipo europeu, roxo por dentro e branco por fora, sendo que essa espécie nobre é típica de regiões de clima frio. Em 1961, o técnico agrícola, casado, resolveu se mudar para a colônia japonesa criada em *Frei Rogério*, área rural da cidade de Curitibanos (Santa Catarina). Chonan possuía diversos tipos de alho, selecionou os gêneros de melhor qualidade e que se adaptavam melhor ao solo e ao clima rigoroso de Curitibanos (SC). Criou uma variedade muito semelhante à européia, que em 1975 foi batizada de 'alho chonan'.

Numa propriedade de 60 hectares em Curitibanos, SC, Chonan começou o melhoramento genético do alho brasileiro. A partir de 77, a então Empasc - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, transformou suas terras em campo experimental. Durante mais de uma década ele recebeu visitas quase diárias de técnicos e agrônomos que pesquisavam o desenvolvimento da cultura. (SILVESTRINI, 2003)

Ao contrário do que era produzido no Brasil até então, o alho chonan tinha como principal característica a qualidade. Surge a primeira variedade nobre produzida no Brasil, abrindo as portas do mercado nacional para os agricultores brasileiros. "O alho Chonan é o precursor das variedades de alhos nobres brasileiras e ocupa pelo menos metade da área cultivada no país". (SILVESTRINI, 2003) "O Chonan foi o precursor dos cultivares brasileiros. Todas que se desenvolveram depois dele têm as mesmas características, de alho roxo", (DALLAMARIA, 2003 GB). O trabalho do agricultor foi reconhecido por diversas entidades.

Pela lei 1432 de 12 de outubro de 1979, recebeu o título de cidadão curitibanense pelos serviços prestados. Recebeu da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina o título de Cidadão Destaque Catarinense, em 1996. (REVISTA NOSSO ALHO). Na política, Chonan foi eleito vereador no município de Curitibanos(SC) entre os anos de 1981 a 1988. Após a emancipação, foi o primeiro prefeito da cidade de Frei Rogério (SC), exercendo a gestão entre os anos de 1997 a 2001. Sem dúvida nenhuma, sua pesquisa agrônômica foi muito importante para o melhoramento genético do alho brasileiro,

## CURITIBANOS: A CAPITAL DO ALHO BRASILEIRO

Curitibanos foi o primeiro município catarinense a cultivar alho no Estado. Assentada no coração geográfico de Santa Catarina, a cidade encontra-se a 970 metros de altitude, numa região com relevo de planalto. Possui clima subtropical úmido, as médias térmicas anuais giram entre 15 °C a 25 °C. No inverno há ocorrência de geadas, inclusive com temperaturas abaixo de 0 °C. No entanto, as estações climáticas são bem definidas, ocorrendo chuvas regulares no decorrer do ano. A vegetação é formada por florestas mistas de coníferas latifoliadas e vastos campos de gramíneas distribuídos em toda extensão do planalto catarinense. O principal tipo vegetal dessa região é araucária, o pinheiro foi muito explorado em épocas passadas. Hoje existem poucos exemplares nativos, a maioria é de formação secundária.

Essas características geográficas, permitiram o plantio e o manejo de diversas culturas, como milho, feijão e principalmente o alho que precisa de temperaturas amenas. Com o apoio da EMBRASC – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, houve um aumento significativo das plantações de alho chonan na região, a partir de 1978. A grande maioria dos agricultores era formada por pequenos produtores rurais, contrariando a tradição latifundiária dessa região catarinense. Em meados de 80, a cidade ficou conhecida como a ‘Capital Nacional do Alho’ devido ao seu pioneirismo no plantio de alho nobre que tanto agradava o paladar dos brasileiros.

No Brasil, a década de 80 é considerada como uma década perdida, pois o país enfrentou uma grave crise econômica, que desacelerou o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto e aumentou os índices de inflação. “Durante a Década Perdida, vivemos uma meia dúzia de planos heterodoxos, e sete anos seguidos de hiperinflação até julho de 1994. Esses processos são destrutivos: perdemos [...] tempo e oportunidades” (FRANCO, 2000). O país teve que pedir ajuda ao FMI (Fundo Monetário Internacional) frente à estagnação de alguns setores. No entanto, esse quadro econômico, não afetou a produção de alho em Curitibanos. As expectativas eram as melhores possíveis, pois praticamente todo o alho consumido no Brasil, tinha que ser importada, a agricultura alavancou os números da economia local.

Para se ter dimensão do avanço tecnológico e produtivo, entre 80/81 a área cultivada de alho em Curitibanos, correspondia a aproximadamente 1.800 ha, com média de produtividade de 2.880 kg/ha e na safra de 87/88 saltou para 2.000 ha de área, com produção de 6.000 kg/ha, a mesma média de produtividade apresentada por países tradicionais fornecedores de alho para o Brasil, como Espanha e Argentina. (RIGON, 2006)

Na década de 80, o alho de Curitibanos era o propulsor da economia local. Os moradores chamavam o alho de ‘ouro’ branco de tanto que valia na época. Muitas famílias conseguiram se estruturar economicamente através da plantação. Para a cidade os anos 80 fora a época de ouro para a economia. A cidade ganhou fama nacional com a produção de alho.

Esse quadro começa a mudar com a chegada do governo Collor em 1990. As medidas tomadas no seu governo afetam até hoje a comercialização do alho, gerando vários transtornos aos produtores.

## O GOVERNO COLLOR E A ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Após os anos sombrios vividos sob a égide da ditadura militar, o Brasil voltou a ser um país democrático, em 1990. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente civil após 29 anos sem eleições diretas no país. Muitas medidas empreendidas pelo Governo Collor prejudicaram tanto o plantio, como a comercialização do alho no mercado interno.

Nos primeiros 15 dias de mandato, Collor lançou um pacote econômico, que levou seu nome bloqueou o dinheiro depositado nos bancos (poupança e contas correntes) de pessoas físicas e jurídicas (confisco). Entre as primeiras medidas para a economia havia uma reforma administrativa que extinguiu órgãos e empresas estatais e promoveu as primeiras privatizações, abertura do mercado brasileiro às importações, congelamento de preços e pré-fixação dos salários. Embora inicialmente tenha reduzido a inflação, o plano trouxe a maior recessão da história brasileira, resultando no aumento do desemprego e nas quebras de empresas (FOLHA ONLINE)

O confisco das contas bancárias fez vários agricultores perderem o crédito para financiar o plantio das lavouras, pois 88% dos produtores de alho era composta por pequenos agricultores que cultivavam até 5 ha. “A produção nacional, cumprindo sua parte no acordo feito entre produtores, atacadistas e governo de alcançar a auto-suficiência, chegou a abastecer 80% do consumo brasileiro no ano de 1991” (DALLAMARIA, 2003). A abertura permitiu a entrada de uma grande diversidade de produtos, inclusive do alho, que passaram a competir de forma acirrada com o produtor nacional, pois o plano do governo era abrir as pernas do país para o mercado mundial.

A partir do Plano Collor, no decorrer de 1990, o governo brasileiro implementou uma série de medidas na área de comércio exterior, destacando-se: a eliminação de vários incentivos fiscais às exportações; eliminação do Anexo C, o qual regulamentava a lista de 1.200 produtos com importação proibida desde o Comunicado Cacex nº 204 de 1988; eliminação paulatina dos controles quantitativos sobre as importações, substituindo-os por instrumentos de controle tarifário; e redução em 50% do adicional de frete para renovação da Marinha Mercante, extinguindo-o a partir de 1991 juntamente com o adicional da tarifa portuária. Logo a busca da eliminação de controles não-tarifários na economia (NASCIMENTO,2003).

O incentivo fiscal as importações, promovidos por Collor, trouxeram muito prejuízo para a economia brasileira. Não havia leis específicas para regular a quantidade e a qualidade dos produtos que entravam no país, levando a bancarrota, empresas, indústrias e lavouras de pequeno porte. A criação do Mercosul foi outra entrave para os produtores, pois facilitava ainda mais a entrada do alho argentino no país.

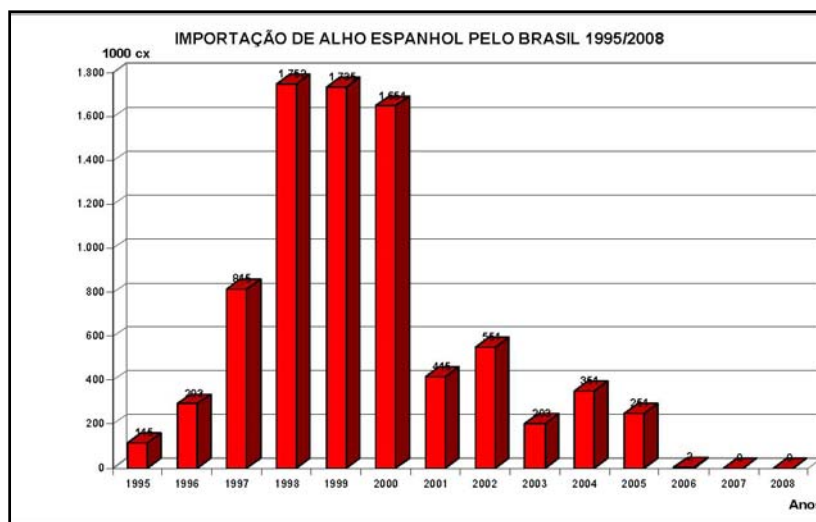
Os presidentes da Argentina, Carlos Saúl Menem, do Brasil, Fernando Collor de Mello, do Paraguai, Andrés Rodríguez, e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, assinam o Tratado de Assunção, visando à constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a partir de 31/12/1994. [...]O presidente brasileiro anuncia a suspensão de uma barreira alfandegária para os produtos provenientes da Argentina, Paraguai e Uruguai que chegarem ao país por via marítima. O anúncio ocorre paralelamente à assinatura do Tratado de Assunção. ( MALLMANN, 2002)

Para muitos agricultores de alho a década de 90, foi a década perdida pois muitos produtores ficaram sem mercado com a importação de alho da China e Argentina.

## O ALHO ESPANHOL NO MERCADO BRASILEIRO

Tradicionalmente, o Brasil sempre importou alho da Espanha. No entanto, o contingente importado nunca chegou a atrapalhar a produção brasileira. Em 1991, as importações de alho da Espanha correspondiam a 48,47% contra 45,86% importados da Argentina. No ano seguinte esse quadro mudou drasticamente: a Argentina assumiu o primeiro lugar no ranking com 77,09% contra apenas 22,80% no total importado pelo Brasil. <sup>1</sup> O gráfico abaixo mostra a variação do volume de alho importado da Espanha entre 1995 e 2008.

Gráfico 1 – Importação de alho Espanhol pelo Brasil – 1995/2008



Fonte: Epagri - Lucini

As importações de alho da Espanha tiveram forte variação no decorrer da década de 90. Principalmente a estabilização do real como moeda e a adoção do câmbio flutuante – que esse ano completa 10 anos – foram fatores influentes na comercialização do alho espanhol, além de outras medidas adotadas no governo Fernando Henrique Cardoso para estabilizar a economia brasileira. Entre 2007 e 2008 as exportações do alho espanhol para o Brasil foram praticamente nulas.

A Espanha se beneficiou das restrições nas importações de alhos chineses e chegou a exportar 18 mil toneladas, em 1998 quando o câmbio lhe era favorável. A Espanha, sendo um expressivo produtor e exportador de alhos, nunca chegou a causar grandes estragos na produção brasileira de alhos. (LUCINI, 2008)

O país espanhol teve problemas com a entrada irregular de alho chinês em seu território. Através da União Européia (U.E.), o país conseguiu estabelecer limites para o alho procedente da China, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Amenizando, assim, as importações fraudulentas praticadas pela China. “A União Européia instaurou em 2001 um regime de importação do alho no sentido de limitar definitivamente as importações provenientes de países terceiros e evitar as irregularidades detectadas nos últimos anos nas vendas efetuadas pela China”. (GONZÁLEZ, 2003)

Após 92, a China e Argentina assumem o posto de principais exportadores de alho para o Brasil, comprometendo drasticamente a produção nacional.

## O COMPETITIVO ALHO ARGENTINO NO MERCADO NACIONAL

O principal concorrente do alho catarinense é o alho argentino. O país vizinho já fazia exportações para o Brasil nos anos 80. Com a criação do MERCOSUL, a Argentina passou a ser o principal fornecedor para o país. O alho argentino entrou com mais força no mercado nacional, em vista das facilidades fiscais a produtos importados, oferecidas no governo Collor e a proximidade com o Brasil. O gráfico abaixo mostra a quantidade de caixas importadas da Argentina.

Gráfico 2 – Importação de alho argentino pelo Brasil – 1992/2002



Fonte: Epagri – Lucini

O grande problema para os agricultores catarinense é que o produto argentino vendido para o país é de baixa qualidade, causando prejuízos na comercialização do alho brasileiro. Em 92, conforme o gráfico, o Brasil importou 2,4 milhões de caixas. Esse número subiu para 7,4 milhões em 2007, triplicando a quantidade de alho argentino no mercado interno.

A entrada da hortaliça argentina é facilitada, pois praticamente não existe fiscalização na fronteira entre os dois países. O meio de transporte utilizado na importação é o rodoviário. As principais vias de acesso são Dionísio Cerqueira (SC) e Foz do Iguaçu (PR). A tabela 1 indica a matriz de origem-destino do alho comercializado pelo Brasil em 2000.

Tabela I – Matriz de origem-destino do alho importado pelo Brasil (2000)

Origem	Destino									Total origem
	FtFI	FtDC	FtSB	FtU	FtPX	PF	Psa	PRJ	DV	
Argentina	46704	6067	235	693	161	0	0	0	0	53.860
China	0	0	0	0	0	0	10785	4975	2500	18.260
Espanha	0	0	0	0	0	0	8834	5043	3477	17.354
Chile	1121	0	0	0	0	0	0	0	0	1.121
México	0	0	0	0	0	0	1463	0	0	1.463

Fonte: Epagri

Nota: FtFI - Fronteira terrestre Foz do Iguaçu; FtDC – Fronteira terrestre Dionísio Cerqueira; FtSB – Fronteira Terrestre SãoBorja; FtU – Fronteira terrestre Uruguaiana; PF – Porto de Fortaleza; Psa – Porto de Santos; PRJ – Porto do Rio de Janeiro; DV – Demais Vias.

Nessas condições adversas, o agricultor é forçado a vender seu produto abaixo do preço de custo, devido a alta demanda de alho argentino, prejudicando o mercado com a importação do alho de má qualidade.

O governo não conta com meios legais para barrar a entrada de alho estrangeiro de qualidade duvidosa, seja por via terrestre ou marítima. Os produtores ficam desprotegidos diante de um mercado nacional sem leis que regulamentem a comercialização do alho importado.

Como resultado, grande parte da produção nacional encontra-se nos galpões, armazenada, com dificuldades de comercialização. Suas cotações passaram a balizarem-se pelos preços do produto importado, barato, de baixa qualidade e comercializado, muitas vezes, a valores questionáveis. E o pior é que incorre-se no risco de perda do valor comercial desse produto estocado, face a possibilidade de brotamento dos bulbos. (CARDIAS, 2004)

Os plantadores de alho do Rio Grande do Sul e Santa Catarina são formados, na sua grande maioria, por pequenos produtores rurais que plantam até dez hectares. O Governo Federal não oferece uma carta de crédito maior para os agricultores que plantam cada vez menos devido à falta de estímulo fiscal. Os alhicultores ficam com sua margem de lucro reduzida, muitas vezes a venda não cobre os gastos com insumos gastos na manutenção da lavoura. O reflexo é uma trágica redução nas áreas de cultivo do alho, diminuindo o preço do alho produzido em Santa Catarina

A Argentina tem safra coincidente com a do sul do país que no momento está reduzindo as áreas de plantio anualmente devido a essa concorrência. Santa Catarina e o Rio Grande do Sul já cultivaram oito mil hectares na década de 90 e na safra 2008/09 plantarão apenas 2,2 mil hectares, devido principalmente a concorrência do alho importado, em especial o argentino. (LUCINI, 2008)

Em Santa Catarina a cidade com a maior produção de alho é Curitiba, correspondendo a mais da metade da produção estadual tendo um sutil aumento em 2007, após três anos de estabilidade, voltando ao patamar alcançado em 2003.

Tabela II - Área lavoura de alho plantada por hectare entre 1992 – 2007

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Brasil</b>	17.535	18.824	17.021	17.613	17.660	12.762	12.147	12.906
<b>Santa Catarina</b>	4.092	4.583	4.156	4.782	4.704	2.722	2.371	2.857
<b>Curitiba</b>	1.600	1.700	1.500	1.750	1.750	900	816	900

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Brasil</b>	13.269	14.353	15.760	15.099	10.517	10.362	10.490	11.258
<b>Santa Catarina</b>	2.793	2.792	2.955	2.145	1.498	1.501	1.530	1.796
<b>Curitiba</b>	1.300	1.300	1.500	1.000	800	850	850	1.000

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

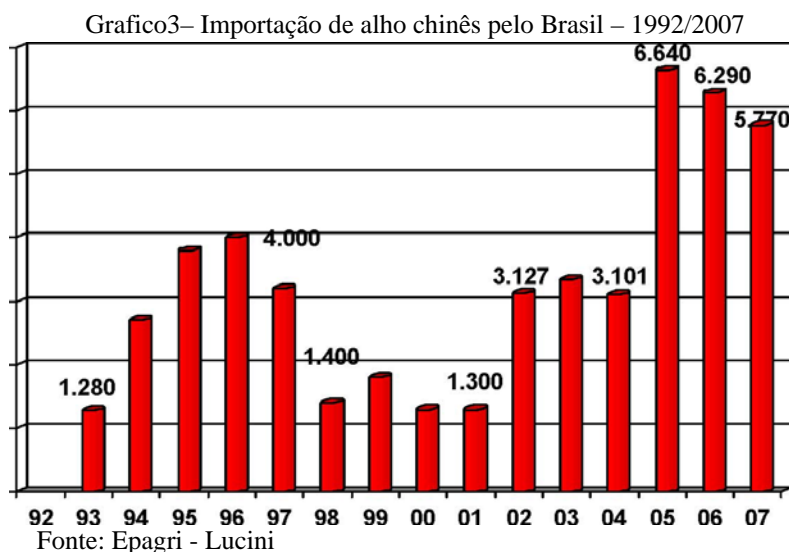
A ANAPA (Associação Nacional dos Produtores de alhos, está lutando para reverter esse quadro negativo para os produtores brasileiros, em 2008, em reunião com os produtores de alho argentino, foi discutido possíveis soluções para um comércio mais justo entre os dois países.

No entanto, tanto Argentina como o Brasil ficaram num impasse, pois o vizinho argentino, aceita exportar um alho de maior qualidade para o país, desde que seja comprovado que o alho chinês está pagando devidamente as taxas antidumping para o Brasil.

## A CONCORRÊNCIA DESLEAL DO ALHO COM PRAGAS VINDOS DA CHINA

Com uma população de mais de 1,4 bilhões de pessoas, a China começou a fazer parte da economia de mercado a partir da década de 90. Mesmo com a crise nos Estados Unidos, o PIB chinês cresceu 9% em 2008. Isso mostra a solidez econômica desse país que nos últimos anos, vem crescendo acima dos dois dígitos. Hoje a China representa uma séria ameaça para os alhicultores brasileiros: é o maior produtor de alimentos e domina o mercado do alho. “Respondem por 72% do alho produzido no mundo, seguidos pela Índia, com 12%. O Brasil atinge 1%”. (GRAZIANO, 2005)

O alho chinês começou a entrar no Brasil em meados dos anos 90, com as facilidades da abertura econômica, trazendo dificuldades para a comercialização do produto brasileiro no mercado interno.



Assim, como o alho argentino, o produto chinês também possui qualidade muito inferior ao similar brasileiro, sendo vendido a preço de banana no mercado brasileiro, ajudando a derrubar o preço do alho nobre nacional. “O produto chinês sequer é confiável, já que um levantamento feito pela EMBRAPA e ANAPA constatou a existência de pragas quarentenárias, colocando em risco a segurança alimentar dos brasileiros e a lavoura.” (CORSINO, 2008)

O que se presenciou, nos primeiros anos após o início dessas importações, foi uma quebra generalizada dos produtores e o quase desaparecimento da produção de alhos comuns, brancos, do cerrado e região centro oeste. De um índice de auto-abastecimento de 80%, os produtores brasileiros passaram a responder por apenas 20%, produção composta quase que exclusivamente por alhos nobres e roxos do sul. (DALLAMARIA, 2003)

Em 1995, visando conter as importações de alho chinês, a AGOPA – Associação Goiana de Produtores de Alho instaurou um pedido de investigação de Dumping nas importações de alho chinês, no DECOM – Departamento de Comércio exterior, órgão que à época, pertencia ao Ministério da Indústria e Comércio. “a EPAGRI de Santa Catarina, apurou a existência de dumping e aplicou a cobrança de uma taxa de \$ 4,0 dólares por caixa de 10 quilos sobre as importações do alho da China” (DALLAMARIA 2003)

No ano seguinte, as medidas antidumping entraram em vigor diminuindo gradativamente as importações de alho chinês. Esse quadro se manteve até o de 2001, ano em que as importadoras acionaram a justiça, obtendo liminares para não efetuar o pagamento a taxa antidumping.

Mas a partir de 2001, o alho chinês voltou a inundar o mercado nacional. Qual a explicação? Liminares judiciais abriram a porteira para as importações, eximindo empresas do pagamento da taxa anti-dumping. [...] Vejam a grandeza do negócio. Uma empresa importadora, querendo internalizar 500 mil caixas, se dispõe a pagar entre 750 mil a um milhão de dólares para obter a liminar, papel que isenta do recolhimento da taxa “anti-dumping”. O pedágio é caro. Mas como a taxa atual soma 4,8 dólares/cx, livrar-se dela significa grande economia. (GRAZIANO, 2005)

Em 2002 o volume de alho importado da China voltou a crescer. Face ao elevado numero de liminares concedidas e a conseqüente desbaratinação do alho chinês vendido no mercado interno sem a quitação da antidumping. Segundo informações concedidas pela ANAPA, em 2008 foram imbicadas mais de 30 ações na Justiça, em Varas no Rio de Janeiro e São Paulo, na vã esperança de continuar sonhando a antidumping.

No dia 14 de novembro de 2007. foi publicada pelo D.O.U. a Resolução nº 52, da Camex, que renovou por mais cinco anos, o direito *antidumping* incidente sobre o alho oriundo da República Popular da China, com alíquota específica fixa de US\$ 0,52/kg (cinquenta e dois centavos de dólar estadunidense por quilograma). Essa norma tão importante para a classe revogou a antiga Res. 41, que não conseguiu alcançar os resultados esperados, se mostrando ineficaz, já que, como vimos, somente sobre 28% do alho chinês que entrava no Brasil havia o recolhimento do *antidumping*. (COLATTO, 2007)

“Só neste ano, o governo federal deixou de recolher R\$ 19 milhões na forma de taxa antidumping imposta contra a China” (PÁGINA RURAL, 2008). No entanto, a taxa antidumping se mostra ineficaz, frente ao enorme contingente que o Brasil importou nos últimos anos. As conseqüências são sentidas pelos alhicultores na hora da venda. A tabela abaixo mostra os preços recebidos pelo produtor curitibanense no período de 2003 a 2008.

Tabela III – Evolução dos preços recebidos pelo produtor de Curitiba - SC

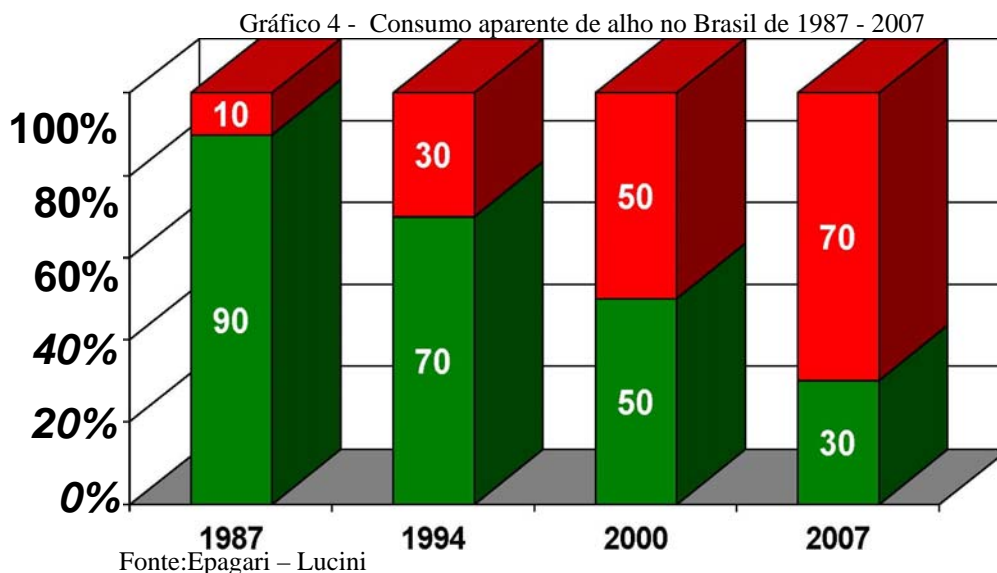
R\$/kg	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2003	3.48	3.42	3.25	3.09	2.82	2.31	3.20	3.82	3.54	3.53	3.39	3.25
2004	2.98	2.71	2.70	2.69	2.92	3.63	4.19	5.47	5.93	5.67	5.28	5.23
2005	4.62	4.37	4.57	4.98	5.18	5.63	5.62	4.94	4.25	3.77	3.53	3.30
2006	3.06	3.05	3.90	4.33	4.86	5.20	4.86	4.32	3.88	3.76	3.64	3.41
2007	2.97	3.17	3.69	3.99	3.56	3.55	3.13	3.32	3.31	3.51	3.50	3.16
2008	2.84	2.63	2.46	2.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Fonte: Epagri - SC

Houve uma queda, em termos reais, de 18,81% nos preços entre março e abril de 2008. Ao se comparar a variação acumulada anual, isto é, entre abril de 2007 e abril de 2008, a queda foi de 49,89%. Caso o cenário não se reverta a safra 2008/09 terá uma redução de 40% da área plantada E em pouco tempo, teremos concretizado o fim da produção nacional. (CORSINO, 2008)

## A DIFÍCIL SITUAÇÃO IMPOSTA AOS PRODUTORES BRASILEIROS

Atualmente, o alho estrangeiro domina o mercado brasileiro. Conforme o gráfico abaixo, 70% do alho consumido no Brasil é de origem estrangeira. Praticamente inviabilizando o comércio da produção brasileira.



O maior prejudicado com os efeitos do mercado globalizado sem dúvida alguma é o pequeno produtor rural, que vê sua produção atrelada à comercialização de alho má procedência. Mas o problema dos produtores não esbarra apenas na quantidade de alho importado: o custeio com a manutenção da lavoura, aquisição de insumos, adubos e fertilizantes são elevados para o agricultor.

Esses custos inviabilizam a plantação de novas áreas. Muitas famílias continuam a plantação para quitar o financiamento da lavoura. Com a venda do alho importado a cotações insignificantes, o agricultor é forçado a vender seu produto a preço de banana, para que os bulbos não apodreçam nos barracões.

De acordo com dados da ANAPA, 90% da produção depende de mão de obra humana. Empregando de 4 a 10 pessoas por hectare plantado. Segundo o engenheiro agrônomo, Marco Lucini, o alho importado gera 20 mil empregos na China e na Argentina esses números sobem para 26 mil empregos. Mão de obra que poderia estar empregada nas lavouras de alho brasileiras.

Em 2007, o setor empregou mais de 78 mil empregos diretos e indiretos. O consumo mensal de alho no Brasil é de 1,6 milhões de caixas (10kg cada). No entanto, o produto nacional respondeu por 30% do mercado interno em 2007 e por 15% em 2008. Nos últimos dois anos, houve redução de 35% área plantada, com redução significativa dos postos de trabalho (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2008)

Mesmo com todo esse quadro desfavorável para os alhicultores da cidade de Curitiba (SC) conseguiram aprimorar a qualidade do seu produto, desenvolvendo uma nova espécie que não possui odores, batizada de 'alho free', desenvolvido pelo médico Edison de Cezar Philippi, de Curitiba (SC). O médico dedicou-se 12 anos de pesquisa para encontrar a fórmula do novo alho em 2004.

## ALTERNATIVAS PARA REAQUECER PRODUÇÃO NACIONAL DE ALHO

É possível reverter esse quadro tão desfavorável para os produtores de alho. Para que isso aconteça, é importante tomar algumas medidas que poderão trazer novamente o equilíbrio no comércio de alho no mercado interno brasileiro.

Seria necessário diminuir gradativamente as importações de alho tanto da China como da Argentina. Para que isso ocorra é necessário haver uma fiscalização do alho que entra no país, aumentando a fiscalização na fronteira com a Argentina e inspecionando o alho da China que chega por via marítima no país.

Com o apoio do Governo Federal, as áreas de plantio de alho poderiam ser aumentadas com um plano de apoio ao cultivo do alho, principalmente nos locais em que já tem tradição no plantio, como Curitiba (SC), por exemplo. Já que nessas regiões se fizeram pesquisas para aumentar ainda mais a qualidade do alho nobre roxo brasileiro.

Renegociação das dívidas com a lavoura de alho a juros baixos, estimulando antigos produtores a plantar alho novamente. Aumento do crédito rural para que aumente o número de hectares plantados.

Criação de selo de qualidade, para que o consumidor possa distinguir o alho importado do alho nacional e estimular o consumo através de campanhas publicitárias do governo, mostrando o número de empregos que poderia ser gerado no país e os prejuízos que o alho importado trás para Brasil, estimulando a população a consumir o produto nacional.

Essas medidas auxiliariam o equilíbrio no comércio do alho no Brasil, mas para aumentar a produção, o Governo Federal precisa tratar o assunto com mais seriedade.

## CONCLUSÃO

O alho tem uma história bastante atípica em relação a outras culturas comercializadas pelo país. Até meados de 70, eram cultivadas espécies crioulas nas quintas de casa. O melhoramento genético feito em Curitiba na década de 80 proporcionou a expansão e a comercialização em larga escala do alho nobre. Hoje o alho brasileiro tem um padrão tipo exportação.

O município foi importante para o desenvolvimento da produção de alho no Brasil. Auxiliou no desenvolvimento do alho nobre vernalizado. A tecnologia permitiu o cultivo de alho em áreas mais quentes, é o caso do estado de Goiás, no cerrado brasileiro. A prática de dumping na venda do alho chinês, foi apurada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EPAGRI-SC) de Curitiba forneceu dados estatísticos que confirmaram a prática desleal na venda do alho chinês. Em 2004 a cidade desenvolveu nova tecnologia, permitindo a produção de alho sem cheiro.

Três fatores influenciaram negativamente a cultura do alho em Curitiba durante seu desenvolvimento: a globalização do mercado agrícola, os planos econômicos de estabilização da economia e a falta da regulamentação do comércio de alho no Brasil.

Chama atenção o fato de que a atual conjuntura política de Curitiba (SC) é favorável para os produtores de alho curitibanenses, pois a atual administração municipal está coligada com o governo estadual, e este coligado com o governo federal a nível nacional, sem contar que a cidade possui uma Secretária de Desenvolvimento

Regional (SDR) órgão do governo estadual que visa o crescimento sustentável das microrregiões na qual se localizam as secretarias. Apesar desse contexto político favorável para a cidade, não se criou programas de incentivo para a produção de alho em Curitiba (SC).

A Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA) há anos vem lutando para criar regras mais justas na comercialização do alho importando. A bandeira da instituição foi adotada por alguns deputados como Valdir Colatto, Xico Graziano que lutam no Plenário da Câmara na tentativa de criar leis que regularizem a comercialização de alho no Brasil.

Mas sem o apoio do Governo Federal – que empenha um enorme volume de dinheiro para os programas assistencialistas - nada pode ser feito pelos produtores de alho de Curitiba (SC), uma vez que já foram acionados vários dispositivos legais para equilibrar o comércio, mas eles se mostraram insuficientes. Se nada for feito, só haverá alho estrangeiro para ser consumido no país, gerando mais emprego na China, gerando mais emprego na Argentina e auxiliando o crescimento econômico desses países.

## REFERÊNCIAS

CARDIAS, Milton. **Indicação Parlamentar**. Brasília/DF, maio 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/221613.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2009

COLLATO, Valdir. **Tarifa do alho chinês precisa ser prorrogada**. Florianópolis/SC, 2007. Disponível em: <[http://www.valdircolatto.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=332&Itemid=43](http://www.valdircolatto.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=332&Itemid=43)> Acesso em: 12 fev; 2009

CORSINO, Rafael Jorge. **A desleal batalha do alho brasileiro**. Curitiba/SC, jan. 2009. Disponível em: ><http://www.anapa.com.br/principal/index.php>> Acesso em: 13 fev. 2009

DALLAMARIA, Gilmar Carlos. **A cultura do alho no Brasil**. Revista Batata Show, Itapetininga/SP, 6ª ed., março 2003. Disponível em: <[http://www.abbabatatabrasileira.com.br/revista06\\_025.htm](http://www.abbabatatabrasileira.com.br/revista06_025.htm)> Acesso em: 8 fev. 2009.

FRANCO, Gustavo. **A década perdida e das reformas**. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>> Acesso em 8 fev. 2009.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA. **FPA quer ouvir sobre liminares a favor do alho Chinês**. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.com.br/>> Acesso em: 11 fev. 2008

FOLHA ON LINE. **Especial Governo Collor**. (Politica) São Paulo/SP, 2009. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/> Acesso em: 10 fev. 2009

GRAZIANO, Francisco. **Máfia do Alho**. Brasília/DF, 2005 Disponível em: [http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=80](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=80) > Acesso em: 13 fev. 2009

GONZALES, Maria Ayuzo. **Parlamento Europeu**. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+P-2003-3258+0+DOC+XML+V0//PT>> Acesso em: 10 fev. 2009

LUCINI, Marco Antônio. **O Alho Nobre no Brasil**. Curitiba/SC, 2008. Disponível em: <<http://www.anapa.com.br/principal/index.php>> Acesso em: 10 fev.2009

MALMANN, Maria Izabel. **Cronologia do Mercosul**. Porto Alegre/RS, 2002. Disponível em:< [www.cedep.ifch.ufrgs.br/Cronologiamercosul/cron\\_mercosul](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Cronologiamercosul/cron_mercosul)> Acesso em: 11 fev 2009

NASCIMENTO, Rangel da Silva. **A política externa do Governo Collor**. São Paulo/SP, 2003 Disponível em:<[www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/Arquivos/Jan\\_Jul\\_04/PDF/Artigo\\_Rangel.pdf](http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/Artigo_Rangel.pdf)> Acesso: 11 fev 2009

REVISTA NOSSO ALHO. **Chonan a história viva do alho**. Brasília/DF ,2ª ed., jan. 2009. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/11393427/Nosso-Alho2>> Acesso em: 11 jan. 2009

RIGON, Ana Lia. **O retrato da economia curitibanense no final do séc. XX**. Prefeitura Municipal de Curitiba, 2006. Disponível em: <[http://201.3.244.6/prefctbanos/cid\\_aspectos\\_economicos/](http://201.3.244.6/prefctbanos/cid_aspectos_economicos/)> Acesso em: 8 fev. 2009

SILVESTRINI, Gladinston. **O nome do alho**. Revista Globo Rural, São Paulo/SP, 214ª Ed. Agosto 2003. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC578272-1641,00.html>> Acesso em 08 fev. 2009